

Destruição e deturpação patrimonial em São Vicente de Fora

Ricardo Lucas Branco | Historiador da Arte e Técnico Superior de Conservação e Restauro

“
A igreja do Mosteiro de São Vicente de Fora é, tal como muitos outros imóveis das ordens religiosas regulares extintas em 1834, propriedade do Estado português, e é ao Estado que cabe a responsabilidade de fiscalizar e promover a sua boa conservação.
”

A igreja de S. Vicente de Fora reabriu ao público a 22 de Janeiro deste ano, depois de dois anos de encerramento para obras que procuraram resolver os problemas de infiltrações da cobertura, que levaram à queda de fragmentos de estuque da abóbada da capela-mor. Sendo esse o sector mais vulnerável em virtude do interior dos caixotões possuírem almofadados de estuque decorativo em vez de pedra como no resto da nave, a Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo (DRCLVT) propôs então medidas urgentes de consolidação da zona afectada, tanto no interior como no exterior. Ao contrário do que logicamente se esperava, os estuques não foram preservados mas sim destruídos, num processo de obra polémico em que o Estado, alegadamente por falta de verbas, entregou a empreitada ao Patriarcado de Lisboa. Pela relevância do conjunto de questões levantadas a propósito desta obra infeliz e das suas consequências para a salvaguarda do património importa sublinhar os seguintes aspectos:

01
A igreja do Mosteiro de São Vicente de Fora é, tal como muitos outros imóveis das ordens religiosas regulares extintas em 1834, propriedade do Estado português, e é ao Estado que cabe a responsabilidade de fiscalizar e promover a sua boa conservação, independentemente do seu uso por parte da igreja como espaço de culto, consagrado na concordata com a Santa Sé.

02

Não se entende que a DRCLVT, organismo que actualmente tutela o imóvel, tenha recomendado a interdição total de acesso à igreja sem considerar outras possibilidades. Isto atendendo a que a queda de estuques, se limitava à zona da capela-mor e não à nave e transepto da igreja, cuja abóbada, integralmente de pedra, não apresentava qualquer risco e portanto era inteiramente segura. Tal interdição, se restrita apenas à area afectada, teria evitado a desconfiança que os trabalhos à porta fechada provocaram e acerca dos quais o público em geral e os especialistas nada souberam.

03

Os serviços da DRCLVT estimaram os custos da intervenção em 1.500.000 euros + IVA, mas não sabemos em que é que se baseou tal cálculo, nem tão pouco o sector da igreja considerado e os respectivos objectivos metodológicos. O valor referido só se deve reportar a obras de construção civil – de restauro não, com certeza, pois os estuques foram destruídos. Daqui ressaltam várias interrogações que põem em causa a competência da intervenção:

- Por que motivo não foram realizadas peritagens aos estuques que identificassem quais os que necessitavam de substituição em vez da picagem integral e sistemática dos mesmos?
- Por que razão estes não foram sondados e estudados de modo a avaliar a sua época de execução e não a do seu último restauro? Dos estuques das capelas laterais, por exemplo, que não tinham a ver com a zona afectada e que também foram destruídos, nada se sabe.
- Porque não foram contactados técnicos de restauro especializados, como aconselham os mais elementares princípios metodológicos que regem as convenções internacionais?

1 | Capela-mor antes

2 | Capela-mor depois

3 | Capela lateral antes

4 | Capela lateral depois



04

Aquilo que salta à vista da leitura dos factos, é que as obras no Mosteiro de S. Vicente de Fora têm sido levadas a cabo pelo Patriarcado de Lisboa sem um controlo minimamente eficaz. As palavras do cónego Álvaro Bizarro (Jornal “Público”, 15.02.2011) a propósito da substituição das caixilharias da igreja por alumínio lacado, são bem o espelho desse descontrolo.

Ou seja, o Patriarcado encarregou-se de promover as obras da igreja de S. Vicente pela incapacidade da DRCLVT em garantir os custos da intervenção, mas a incapacidade da tutela não é só financeira, mas também técnica, pois a fiscalização foi deficiente, para não dizer negligente.

A Directora de Serviços de Bens Culturais deste organismo confirmou ter enviado técnicos ao local, mas apenas à zona da capela-mor, por onde se iniciaram os trabalhos. Resta saber o que andaram os técnicos a fazer durante o resto da obra, (que ficou sem acompanhamento), já que a mesma pessoa revelou desconhecer de todo, a picagem integral dos estuques das abóbadas das capelas laterais, que não estavam contemplados na empreitada. A sua destruição do ponto de vista ético e metodológico é totalmente injustificável nos tempos que correm. Não só por que não tinham patologias graves e podiam ser facilmente conservados, mas também por não se saber sequer se eram da mesma altura dos da capela-mor ou mais antigos e posteriormente restaurados.

05

Na verdade, os estuques da capela-mor nem sequer eram “recentes” como afirmou a DRCLVT, mas sim do final de Oitocentos e isso é fácil de provar com uma pesquisa simples que ninguém fez. Existem fotos antigas de negativos em gelatina e brometo de prata sobre vidro - colódios datáveis de c. 1880-1910 - que já mostram os caixotões de estuque na capela-mor e laterais. Que tenham sido restaurados no último quartel do séc. XX, é irrelevante para o caso. Muitos originais (até do séc. XVII, como em S. Domingos de Benfica) continuam a sê-lo e isso jamais constituirá argumento que justifique qualquer destruição. Se apresentavam problemas, havia que os resolver ou refazer os estuques que se achassem irrecuperáveis, como chegou a ser equacionado, em vez da solução fácil e obtusa de obliteração patrimonial que, sublinhe-se, não é restauro pois não se documenta a si própria.

Não se percebe que um organismo de defesa do património no séc. XXI ainda admita a ideia de que um dado espécime artístico, só porque não fez parte do primitivo programa do monumento, seja à partida razão para o remover. Não é apenas sinal de presunção e imprudência. É querer retrodatar uma intervenção que pretende abolir a história (represtinação), ideia retrógrada segundo qualquer prisma no contexto do restauro actual, que desde a Carta de Veneza de 1964 (art.º 11) reconhece o valor da noção de “monumento” como um conjunto de contribuições epocais diversas.

06

Não se pode aceitar que um organismo de tutela de um Monumento Nacional afirme, sem estudos aprofundados e preparação teórica adequada, que “não há dúvida que todos os estuques deverão ser demolidos” ou que essa decisão tenha dependido do facto da sua reparação ser dispendiosa. Falando apenas de estuques, que o digam os italianos após o sismo em Assis. Os de S. Vicente de Fora, por seu lado, estiveram na capela-mor mais de 100 anos! Se não se restaura e antes se destrói porque fica mais “económico”, então não vale a pena fingir que se tem instrumentos e organismos de protecção, porque de nada servem.

07

Também não há razão alguma que sustente a substituição de caixilharias de madeira na igreja de S. Vicente, que se encontra íntegra e sem qualquer descontinuidade formal, estrutural ou funcional desde que foi construída, por outro material contemporâneo como o alumínio lacado ou plástico PVC. E não é por falta de discussão e de teorização: é profundamente errado e abre um precedente perigoso pelas implicações que isso comporta ao nível da perda da autenticidade estética, histórica e material dos monumentos, valores que estão consagrados em pormenor desde a Carta de Veneza de 1964 (art.º 11, 12 e 13) à Carta de Cracóvia de 2000 (art.º 6, 7 e 10).